

Operação Nordeste

Em foco o programa governamental para recuperação da região nordestina — O que será a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — Criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste — Íntegra do discurso do presidente com minuciosa exposição das novas diretrizes do governo para solução dos problemas daquela área. — O governo do presidente JUSCELINO KUBITSCHEK acha-se, presentemente, empenhado na “Operação Nordeste”, plano de larga envergadura que consubstancia os propósitos e esforços da alta administração do país no sentido de reformular, em bases objetivas, uma política de amparo ao desenvolvimento da economia nordestina.

Uma das primeiras providências tomadas pelo governo federal foi sugerir, em projeto enviado ao Congresso Nacional, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), organismo ao qual competirá; entre outras atribuições, estudar e propor as diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, coordenar e controlar a elaboração e execução dos projetos a cargo de órgãos federais na região, executar diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos referentes ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, bem como contratar diretamente créditos no exterior, e coordenar programas de assistência técnica estrangeira.

Enquanto não fôr instalada a SUDENE, caberá ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, instituído por decreto presidencial de 20 de fevereiro do corrente, adotar as providências preliminares, visando ao estabelecimento de uma estrutura econômica para a região. Constituem esse órgão um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva. O Conselho Deliberativo é composto de dezenove membros, dos quais nove indicados pelos governadores da área do Nordeste e dez representantes dos seguintes departamentos federais: Ministério da Viação, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste, Comissão do Vale do São Francisco, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, além do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Para que o leitor possa inteirar-se da ação do governo federal no setor da

nova política inaugurada no tocante ao Nordeste, transcrevemos abaixo o discurso presidencial que encerra ampla exposição sobre os problemas nordestinos e as novas diretrizes governamentais para combatê-los, proferido na histórica reunião realizada no Palácio do Catete na presença dos governadores dos estados nordestinos, que vieram a esta capital debater com o mais alto magistrado da nação solução para aqueles problemas. Eis a íntegra do importante discurso:

“Considero o dia de hoje um dos mais assinalados do meu período presidencial, pois com êle se inicia nova fase da luta pela libertação do Nordeste brasileiro. O Brasil tem derramado lágrimas sobre o destino de milhões de patricios nossos, obrigados a sofrer as inclemências da natureza madrastra e a participar das agruras de uma existência que encontrou sua expressão mais perfeita e terrível na denominação de “vidas secas”, que lhe deu um dos mais exatos e implacáveis romancistas do drama nordestino. Vidas secas, vidas sem rumo, vidas sem qualquer espécie de conforto...

O Nordeste — no Polígono das Secas — foi tema das letras, dos estudos sociológicos, de legenda de bravura e de pitoresco, até agora, tem sido também ponto de convergência de atos de filantropia, de provas de solidariedade humana, traduzidos em fortes ajudas nas horas dolorosas, por parte do governo federal e dos estados. Os remédios, mais de caráter assistencial, não se dirigiam eficazmente às causas do fenômeno. O Nordeste jamais deixou de figurar-se ao nosso país como um problema de consciência. Era uma região digna de particular afeto, sobre cujas desgraças não se dividia jamais a opinião nacional, tôda ela de acôrdo em que os seus habitantes mereciam prioridade na atenção do país, em virtude das suas condições adversas.

Esse ânimo de socorrer deu origem a uma série de providências, de inversões maciças de que tratarei mais adiante, defensivas, entretanto, e que não iam muito além da intenção, do desejo, da aspiração de reparar os males. O conhecimento angustioso de que seres humanos, nossos irmãos, eram expulsos de suas terras pela fome, lançava sério desafio à nossa capacidade de resolver o problema.

O ato de hoje significa que está, enfim, aceito o desafio. A luta pelo reerguimento do nosso grande Nordeste

vai ser travada em tôda a sua magnitude, com uma ambição fortificada pelo amor fraterno. Irá ela desenvolver-se com o pleno reconhecimento de que os recursos técnicos de nossos dias patenteiam, auspiciosamente, ter o engenho humano logrado encontrar, para tais problemas, solução que, há menos de meio século, nem mesmo os mais arrebatados ousariam imaginar.

Não me caberá outro merecimento, nesta jornada, que o de ter-me capacitado de que já se tornou madura para uma operação global a questão do Nordeste brasileiro. Os investimentos destinados a reparar os efeitos das desgraças periódicas das estiagens cruéis, as incertezas de medidas tomadas ao imprevisto de dolorosas circunstâncias, tôda a história que se vem repetindo na longa e desesperada luta com as desventuras nordestinas, foram consequência de uma incompreensão natural e, mesmo, da impossibilidade de encontrar os remédios drásticos a serem aplicados. Vamos dar início a uma fase dinâmica da luta, e, se Deus quiser, criadora de uma nova ordem de coisas que há de conduzir a uma prosperidade estável.

Vamos enfrentar o mal do subdesenvolvimento, tomando de assalto aquelas regiões, cujos habitantes fluem e refluem tangidos pela miséria, e em que é cruel o clima, pouco dadivosa a gleba, áspera e dura a vida. Já temos uma posição definida em matéria de política externa, com a Operação Pan-Americana. O Brasil não a adotou e defende pela simples ambição de distinguir-se ou conquistar louros. Conhecemos o mal em nossas próprias fronteiras, na carne da nossa carne, na alma de nossa alma — sim, o mal da miséria enquistado em legiões de brasileiros, vítimas do infortúnio, mas de sóbria e altiva dignidade, armados de um estoicismo que não teme o cotejo com o de outros povos. Não seria coerente pregar uma política de libertação radical do continente, e tolerar, por mais tempo, os nossos graves males domésticos.

A política defendida pelo Brasil e apoiada por tantas nações irmãs encontra exata correspondência na guerra ao subdesenvolvimento em território nacional.

Depois que a nação assistiu ao encontro das turmas que abriram na floresta selvagem o primeiro caminho por onde se realizará a redenção do mundo amazônico; depois que as grandes obras prometidas passaram de projeto a execução — Furnas, Três Marias e outras —, a promessa solene de acelerarmos o progresso do Brasil de cinquenta anos em cinco deixou de provocar a ironia e os risos negativos dos

descrentes. Creio que ninguém duvidará que envidaremos um esforço pertinaz contra os fatores que tornam adversa a vida no chamado Polígono das Sêcas. Ao movimento de alta envergadura que hoje inicio, darei, pelo menos a mesma prioridade que dei às principais metas do meu governo.

Não me levam a essa empresa apenas razões de ordem sentimental ou dever de solidariedade, ou motivos de natureza política. A verdade — e foi nesse plano que coloquei a decisão de meu governo — é que, se o Nordeste necessita da ação do resto do Brasil, o Brasil, por sua vez, necessita do Nordeste.

Não seremos jamais o país que, a despeito de tudo, desejamos ser, sem que se realize integralmente o trabalho que neste momento se inaugura depois de estudos demorados. A caminhada que hoje dá o seu primeiro passo é fruto de meditação, de estudos, de planificação técnica. Não iniciamos uma viagem de aventura por mares desconhecidos, ao sabor dos ventos, mas vamos seguir uma rota balizada por aparelhos de precisão que nos permitirão surpreender as dificuldades ao longe, evitando a perda de tempo e de recursos preciosos.

Levamos uma grande vantagem — a de caminhar de olhos abertos, certos de que não encontraremos apenas obstáculos e canseiras. A tarefa, assaz complexa, excede os limites de medidas administrativas convencionais. Teremos de enfrentar inúmeros fatores que hão de oferecer resistências por vezes extremamente graves.

TRATAMENTO PRIORITÁRIO PARA O PROBLEMA NORDESTINO

Numa apreciação histórica do combate às sêcas, pode-se tomar como referência o ano de 1922, quando o governo Epitácio Pessoa empreendeu a primeira tentativa sistemática de neutralização dos seus efeitos. Desde então, impressionante soma de recursos públicos tem sido canalizada para atender às necessidades de emergência das populações flageladas.

Tal esforço repetido de mobilização de verbas federais não logrou melhorar substancialmente as perspectivas do homem nordestino, eternamente apreensivo em relação à visita do castigo climático. Na verdade, a intervenção do governo federal, na maioria dos casos, orientou-se por critérios meramente assistenciais, para auxiliar e socorrer multidões desempregadas e famintas, como se o Nordeste estivesse pedindo caridade e, não, reclamando justiça.

O Nordeste sempre aspirou a ser, não apenas uma abstração geográfica,

dotada de peculiaridades folclóricas pitorescas, mas uma vigorosa unidade econômica e demográfica.

A importância do problema nordestino, em função de plano de desenvolvimento global do país, reclama agora um tratamento prioritário por parte do governo federal. Isso não significa que, durante o período de administração já transcorrido, haja o presidente da República, em qualquer momento, subestimado a importância dos grandes problemas econômico-sociais daquela região. Tenho procurado sempre impulsionar, num todo harmônico e sem discriminações, o progresso deste país, em todas as latitudes. A diretiva do governo por mim estabelecida — na execução dos planos de obras que se desenvolvem do norte a sul e de leste a oeste — é a de obter o progresso simultâneo das diferentes regiões brasileiras. Por ocasião do terceiro aniversário do meu governo, fiz extensos relatos do que já foi feito nesse sentido.

O Nordeste sempre esteve entre os objetivos fundamentais do meu programa de administração. O presente governo continuou e intensificou obras de maior significação nos estados da faixa nordestina e esteve na vanguarda de importantes iniciativas para a solução dos problemas mais graves da região. Em maio de 1956, tive o privilégio de comparecer ao encontro dos bispos de Campina Grande, onde foi proposto um plano de ação com a necessária assistência das repartições e técnicas federais vinculados ao assunto.

Nessa oportunidade, assinei dezenove decretos executivos conformes às conclusões da reunião dos bispos, sancionando medidas que beneficiavam todos os estados nordestinos.

OS TRABALHOS QUE ESTÃO SENDO EXECUTADOS

Em consequência, foram iniciados projetos relativos à fundação de núcleos coloniais e de abastecimento: ao reaparelhamento de portos, particularmente os de Itaqui, Areia Branca e Recife. O governo está realizando, sob a direção do bispo de Moçoró, trabalhos de irrigação numa área de cerca de 2 mil hectares, construindo escolas, maternidades, postos de saúde, fábricas de farinha e, sobretudo, casas populares. Em julho de 1958, como decorrência das recomendações do encontro dos bispos, foram inauguradas doze maternidades, onze postos de saúde e um grande conjunto educacional, dotado de ginásio, escola de comércio e escola normal. Em junho próximo, terceiro aniversário da reunião de Campina Grande, serão inaugurados os núcleos de abastecimento em Recife e Fortaleza.

Em julho de 1956, criei um grupo de trabalho, subordinado ao Conselho de Desenvolvimento, do qual fazem parte numerosos especialistas nacionais e estrangeiros, empenhados no estudo e formulação de uma política de desenvolvimento no Nordeste. Entre as providências de âmbito regional resultantes daquele trabalho, destaca-se o plano de abastecimento de água, pôsto em vigor pelo decreto n.º 4478, de 6 de novembro de 1958. Por outro lado, a Comissão do Vale do São Francisco e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco tiveram apoio total do governo, no sentido de intensificar seus programas de colonização e eletrificação no Nordeste, cujas atividades produtivas também tiveram, na medida do possível, a cobertura financeira do Banco do Nordeste e do Banco do Desenvolvimento Econômico.

Quanto às outras iniciativas de meu governo, cabe recordar, nesta oportunidade, os fatos arrolados na documentada exposição feita à Câmara dos Deputados pelo ministro da Viação e Obras Públicas, almirante Lúcio MEIRA. Obras de grande alcance foram executadas na região, não só no setor mais visado da engenharia hidráulica, como, no âmbito de um plano coordenado, serviço de irrigação, drenagem, abertura de estradas, perfuração de poços tubulares, piscicultura, agricultura racional, eletrificação, educação e assistência social.

Fizeram-se grandes avanços no programa de açudagem e irrigação.

A partir de 31 de janeiro de 1956, foram concluídas obras de açudagem que represarão quase 3 bilhões e 600 milhões de metros cúbicos de água, ou seja, cerca de 120 por cento adicionais em relação ao total de reservatórios terminados desde o Império até aquela data.

Até maio de 1958, o DNOCS havia construído 439 açudes em regime de cooperação, com a capacidade total de armazenamento de 907 788 000 metros cúbicos de água. Atualmente, o número de açudes em construção, no referido regime, é de 187, convindo notar que, no início do atual governo, havia apenas 83 em construção. O Serviço Agro-Industrial do DNOCS tem desenvolvido programa de colonização nos 18 açudes sob o seu controle, 14 dos quais já dispõem de rede irrigatória.

Encontram-se, atualmente, nessas áreas, 10 988 famílias, com 65 694 pessoas, todas vivendo à custa do próprio trabalho. O Ministério da Viação tem promovido o aproveitamento dos reservatórios de água do Nordeste, não só por meio de irrigação e do incremento da piscicultura, como através da captação do respectivo potencial hidrelétrico. Antes do atual governo, havia

apenas uma pequena turbina de 200 CV instalada no açude Piranhas. Hoje, estão encomendados, ou em fabricação, 10 grupos hidrelétricos, os quais, em conjunto, terão uma potência de cerca de 22 330 CV. No tocante à construção de estradas, sem falar nas grandes vias de ligação e penetração, de caráter nacional, o governo federal entregou ao tráfego 1 230 quilômetros de rodovias no biênio 1956-1957.

Note-se que, de 1909 a 1955, haviam sido construídos, ao todo, 9 980 quilômetros de estradas de rodagem. Outros empreendimentos do meu governo no Nordeste abrangeram providências para instalação de uma rede de silos e armazéns; auxílio financeiro da União para instalação de adutoras e serviços públicos de abastecimento de água nos centros urbanos de população superior a 1 000 habitantes, sendo iniciados ou concluídos, de 1956 a 1958, serviços de abastecimento de água em 100 cidades nordestinas, dos quais se destacam as obras de Campina Grande, com despesas estimadas em 250 milhões de cruzeiros; construção de campos de pouso, com pistas superiores a 1 200 metros, em cinco cidades. O governo aplicou, ainda, 5 milhões e 500 mil dólares para aquisição de novo equipamento para o DNOCS e a recuperação de máquinas usadas.

A seca do ano passado exigiu a mobilização de vultosos recursos para assistência às populações nordestinas, tendo sido aprovados, entre dotações orçamentárias, créditos de emergência, extraordinários e rotativos, num total de cerca de 11 bilhões de cruzeiros. Foram alistados pelo DNOCS e outros órgãos federais mais de meio milhão de trabalhadores e abertas cerca de 300 frentes de trabalho.

Todo esse programa de obras e os grandes recursos públicos investidos no Nordeste não bastaram para diminuir o atraso dessa região em relação a áreas mais adiantadas do país, como o Centro-Sul. E é certo que esse desequilíbrio persistirá, a não ser que uma política de desenvolvimento coordenado das atividades produtivas do Nordeste, com base no estudo metódico das peculiaridades da região, traga uma modificação de estrutura na economia nordestina.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE

A esse respeito, o grupo de trabalho, que fôra por mim incumbido de concluir o diagnóstico dos problemas nordestinos, reuniu dados e chegou a conclusões da maior significação para o estabelecimento de um novo programa de ação do governo federal, com uma população igual à da Argentina e

um ritmo de crescimento demográfico anual de 2,5%, correspondendo, aproximadamente, a 500 mil pessoas por ano, o Nordeste é seguramente uma das regiões menos desenvolvidas do hemisfério ocidental, com uma renda *per capita* de menos de 100 dólares, semelhante à das regiões mais pobres do continente. Segundo os estudos econômicos já realizados, a diferença de grau de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul do país é maior que a existente entre esta última região e as nações mais industrializadas da Europa Ocidental.

A produtividade no Centro-Sul brasileiro é, na agricultura, cerca de 52% maior que no Nordeste e aproximadamente 63% no conjunto das demais atividades econômicas. A diferença de produtividade no setor industrial é também muito superior à média do setor não agrícola. A área de cultivo agrícola no Centro-Sul do Brasil era, em 1950, 85% maior do que no Nordeste. Toda uma constelação de fatores se associa, deste modo, para acentuar o desequilíbrio, que está vinculado à duas causas básicas: escassez relativa do fator terra no Nordeste e menor concentração de capitais.

Essa diferença estrutural em níveis de desenvolvimento, dentro do Brasil, não seria tão grave se apresentasse tendência para diminuir.

Entretanto, os números comprovam que a participação do Nordeste na renda nacional se reduziu, de 1958 a 1956, de 15,5% para 13,4%. A renda *per capita* nordestina, que, em 1948 era de 37,3% da do habitante do Centro-Sul, em 1956 baixara a 32%.

O ritmo de crescimento do Nordeste, segundo os dados relativos à sua produção real, corresponde a pouco mais da metade do observado no Centro-Sul. Projetando-se no futuro essa tendência, chega-se à conclusão de que em 1970 a renda *per capita* do Nordeste será de apenas 118 dólares, enquanto a do Centro-Sul alcançará 440 dólares.

Diversos fatores negativos, que já foram devidamente indicados pelos economistas, contribuem para frear o desenvolvimento da economia nordestina.

Como é sabido, o complexo econômico do Nordeste se reparte entre duas subregiões com características próprias: a faixa úmida do litoral, localizada entre os contrafortes da Borborema e o oceano Atlântico, que vai da Bahia ao Rio Grande do Norte; e a zona semi-árida, abrangendo extenso território do Piauí à Bahia. Os aspectos mais dramáticos do problema do Nordeste se concentram especialmente na região semi-árida, onde vivem cerca de 12 milhões de pessoas, que se dedicam basicamente a uma agricultura de sobrevivência, de baixo rendimento, à

cultura do algodão e outras plantas xerófilas, e à pecuária. A economia dessa área é particularmente débil; a sua produtividade, quase primitiva. A produção agrícola de subsistência é praticamente absorvida na alimentação da grande massa de trabalhadores rurais.

Os únicos fatores de renda monetária, cuja maior parte se destina aos proprietários das terras, são a cultura do algodão e a criação do gado. As fraquezas naturais desse sistema de produção, que retira à maioria, ocupada na lavoura de subsistência, os benefícios elementares da comercialização de seus produtos, vem juntar-se a calamidade periódica das secas.

O grave problema climático que provoca ciclos frequentes de crise de produção, deve ser entendido em seus aspectos econômicos fundamentais para a formulação de uma nova política de governo. As estiagens repetidas, embora sérias em termos da irregularidade e concentração pluviiais, podem ser progressivamente controladas, por meio do represamento de água e de outros recursos da tecnologia moderna.

Mas a intensificação das grandes obras de engenharia hidráulica no Nordeste, empreendidas pelo governo, diretamente ou em colaboração com particulares, é apenas uma etapa na programação econômica global.

MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DO ATUAL SISTEMA DE PRODUÇÃO

A execução de uma política econômica realista na região semi-árida terá, como principal objetivo, a modificação da estrutura do atual sistema de produção, ainda baseado numa lavoura de subsistência de baixo rendimento. É esse aspecto da economia das regiões semi-áridas, que lhe dá grande vulnerabilidade ao impacto das secas. Com o reaparecimento periódico da estiagem, grande massa da população rural se vê privada dos produtos agrícolas que lhe permitem sobreviver e lançada à fome e à indigência, sendo compelida a deslocar-se em êxodos dramáticos para os centros urbanos, o que provoca a intervenção de emergência do governo para lhe dar empregos esporádicos e alimentação.

A análise dos fundamentos econômicos da crise nordestina indica claramente que os programas setoriais de irrigação, com o fito de promover, a longo prazo, a recuperação de áreas cultiváveis, não bastam para resolver os grandes desajustamentos econômicos existentes na região semi-árida. A situação exige esforço coordenado de reorganização econômica e social, que compreenda, entre outras providências, a abertura de frentes de colonização, que permitam à economia do Nordes-

te o aproveitamento pleno de terras periféricas bem servidas de água, mas ainda insuficientemente utilizadas.

Esse deslocamento da fronteira agrícola nordestina será facilitado pela obra de desbravamento das regiões centrais do país, cuja expressão máxima é a rodovia Belém-Brasília.

Urge empreender-se um esforço organizado para modificar o tipo de unidade produtiva da região semi-árida. Só assim poremos termo à trágica sucessão dos anos bons e dos anos de seca e fome. É necessário obter fontes regulares de renda monetária para os habitantes da zona árida, graças ao acréscimo da produtividade e à comercialização dos recursos disponíveis. O desenvolvimento de culturas, como a do algodão, menos vulneráveis ao impacto das secas; a zootecnia e a intensificação da produção pecuária, mediante a formação de pastagens; a criação e expansão de mercados no Brasil e no exterior; todos esses elementos conjugados, juntamente com a irrigação racional e a fixação do trabalhador rural em zonas férteis, poderão dar ao nordestino fontes de renda para adquirir, não só os alimentos escassos dos períodos de seca, como outros produtos necessários à elevação de seu nível de vida.

Merece destaque o exame das possibilidades de intensificar na região nordestina a pomicultura e a industrialização das frutas em conserva. O Nordeste presta-se particularmente a esse ramo de atividade, capaz de transformar-se, como acontece em vários países, numa preciosa fonte de riqueza e de divisas. Vasto campo oferece também à indústria dos óleos vegetais, cuja demanda vem crescendo constantemente, quer no mercado interno, quer nas praças estrangeiras mais importantes para nós. O governo considerará com simpatia a colaboração ativa da iniciativa privada, nacional e estrangeira, em tais setores.

As deficiências do abastecimento de gêneros alimentícios assumem gravidade igual em todo o Nordeste, afetando seriamente os centros urbanos da zona úmida do litoral, onde se concentram grandes contingentes de população subocupada. O governo está empenhado em realizar um esforço decisivo para resolver tal problema, a fim de que os demais programas de desenvolvimento, sobretudo o da industrialização, sejam executados com êxito.

Outros fatores devem ser ainda levados em conta na formulação da política de desenvolvimento do Nordeste.

FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Na faixa úmida litorânea, caracterizada sobretudo pela produção açu-

careira e de economia estreitamente vinculada aos mercados de exportação, surgem os mesmos problemas de baixa produtividade, mesmo no tocante à produção industrial, cujo desenvolvimento vem enfrentando dificuldades crescentes. O comércio do Nordeste com o exterior e o resto do país, que constitui, em princípio, um fator positivo de desenvolvimento, experimenta oscilações nefastas. Os saldos favoráveis registrados em determinados períodos, com a venda ao exterior de produtos de maior procura, têm sido na realidade absorvidos por importações destinadas a outros pontos do país. O fomento às exportações é providência eficaz para dinamizar a economia nordestina, e o governo fará o possível nesse sentido.

Já se acha concluído estudo minucioso do Itamarati sobre a demanda existente no mercado norte-americano para todos os produtos da pauta de exportação brasileira, e os do Nordeste portanto, tendo sido analisadas as possibilidades de colocação dos mais diferentes artigos, agrícolas, de artesanato ou industriais. A abertura de novas linhas do comércio externo é de importância vital; visto que a renda real do Nordeste varia praticamente em função do movimento exportador. A quase estagnação das exportações, em particular das vendas ao exterior, nesta fase de crescimento demográfico, tem tido sensível influência no atraso da economia nordestina no último decênio.

Apesar dos obstáculos naturais assinalados, o Nordeste vem realizando um esforço de poupança comparável ao de economia do sul do país.

Entretanto, a poupança local vem sendo parcialmente desviada para investimentos no sul do país, onde existem oportunidades muito mais rentáveis. Essa transferência de renda implica uma perda substancial para a economia regional. Se os recursos privados obtidos no Nordeste não permanecessem haveria contingente importante de capitais para criar mais capacidade produtiva, elevar o nível médio de produtividade, absorver parte do excedente populacional, aumentar, enfim, o nível de vida de sua população. Essa transferência representa, na verdade, redução de investimentos em benefício do sul do país. É fato que os dispêndios do governo federal no Nordeste têm sido feitos em volume bastante para compensar, em termos absolutos, as transferências de renda praticadas pelo setor privado.

Entretanto, em razão de seu caráter assistencial, as despesas governamentais têm limitado efeito na estrutura econômica da região e na capacidade de produção do sistema.

Melhores oportunidades de inversões no próprio Nordeste, suscetíveis de dar impulso dinâmico à sua economia, dependem, sem dúvida, de certas modificações de ordem estrutural, que lhe permitam encontrar maior apoio nos mercados internos.

Nessas condições, o governo procurará criar incentivos aos investimentos privados na região nordestina e espera firmemente que, uma vez obtidas essas condições favoráveis, a dedicação dos homens de empresa do Nordeste a sua gleba natal os levará a não distrair para outras zonas, investimentos do maior valor para a prosperidade da região.

A ação conjugada dos dois fatores — governo e exportações — tem sido insuficiente para manter um ritmo de desenvolvimento adequado no Nordeste. O Centro-Sul do país superou, nos últimos anos, o enfraquecimento das exportações, firmando-se, em seu esforço de crescimento, no próprio mercado interno. O progresso econômico assim esteado implica diversificação progressiva da produção e exige esforço planejado de industrialização. Novas linhas de exportação, como foi o caso recente do sisal, demonstram que as exportações continuarão a desempenhar papel fundamental. O Nordeste é, porém, uma região escassa em boas terras aráveis e de elevada densidade demográfica. Dificilmente poderá alcançar nível alto de renda com o socorro exclusivo da exportação de produtos agrícolas.

Nas regiões em que a terra é um fator escasso ou pouco produtivo, o desenvolvimento de tal exportação exige, necessariamente, elevado esforço de capitalização. Se não for possível aumentar em volume suficiente a exportação de produtos agrícolas, em razão de desvantagens naturais, a única forma de diversificar a oferta é industrializar. A solução inevitável da industrialização intensiva, como técnica de desenvolvimento, foi adotada com sucesso em economias semelhantes às do Nordeste, como as do Porto Rico e Japão. Se, para o sul do Brasil, a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho do desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de atingir esse objetivo.

criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Quero, agora, anunciar as diretrizes da nova política de desenvolvimento para o Nordeste, formulada de acordo com os estudos cuja conclusão me foi apresentada nos primeiros dias de fevereiro. Evidentemente, o vasto pro-

grama de recuperação econômico-social da região pressupõe medidas a longo prazo, cujos efeitos não são suscetíveis de produzir um impacto imediato no padrão de vida da população. Mas é propósito inflexível do meu governo, dentro do período de administração restante, promover e executar tôdas as providências de repercussão imediata ou de longo alcance, indicadas no plano de desenvolvimento como capazes de ajudar o Nordeste a libertar-se do atraso crônico em que se encontra.

De acôrdo com o programa elaborado, impõe-se desde logo, mediante aprovação legislativa, a criação de um órgão do governo federal em condições de coordenar as atividades das numerosas repartições administrativas que exercem atribuições no Nordeste. A idéia que aceitei foi a de uma entidade flexível e eficiente, necessariamente imune às solicições do empreguismo, que possa não só impulsionar a ação administrativa em curso, dando-lhe perspectiva e continuidade, como executar projetos específicos enquadrados nos esquemas oficiais ou particulares de financiamento.

A *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* — novo órgão, objeto de mensagem ao Congresso Nacional por mim hoje assinado, — será dotada de recursos próprios — um fundo rotativo de um bilhão de cruzeiros a serem utilizados em projetos constantes de um Plano Diretor e estará diretamente sob a supervisão e a fiscalização do presidente da República. Sua ação promocional se exercerá por meio de um Conselho Técnico de Planejamento e Contrôlo e de uma Secretaria Executiva, em projetos de âmbito regional ou mediante assistência técnica aos estados. Fato realmente digno de menção, a mensagem ao Congresso, que propõe o novo órgão, não prevê a criação de cargos.

É meu desejo e interesse que essa Superintendência — para cujo estabelecimento foram recebidas sugestões de congressistas de diferentes correntes partidárias — esteja realmente livre das interferências personalistas; confio em que o Congresso votará o respectivo projeto de lei com a possível brevidade.

Enquanto se processar a tramitação legislativa em aprêço, o governo não ficará inativo ou com seus projetos engavetados. Várias medidas poderão ser tomadas imediatamente, com os recursos e órgãos de administração existentes. Já na próxima semana, o grupo incumbido do novo plano de ação se transferirá para o Nordeste, a fim de pôr em marcha o programa recomendado pelo governo.

Com o objetivo de dar a necessária cobertura financeira aos projetos rela-

tivos a 1959, determinei o levantamento dos recursos disponíveis no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e no Banco do Nordeste, propondo-se, em conseqüência, o governo a orientar para investimentos produtivos no Nordeste, ainda este ano, cerca de 3 bilhões de cruzeiros. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico destinará dois bilhões a aplicações de caráter bancário no setor privado, em indústrias de base na região subdesenvolvida. O Banco do Nordeste reservará cerca de um bilhão a aplicações agropecuárias e pequenas indústrias.

RECUPERAÇÃO DA ZONA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIALIZAÇÃO

Com base nos recursos mobilizados, o governo tem em mira atacar simultaneamente os dois problemas fundamentais relativos à recuperação da zona agropecuária e à industrialização.

Pela sua densidade de população e condições rudimentares de desenvolvimento, o setor agrícola do Nordeste apresenta problemas que demandam solução mais urgente. Está sendo ultimado o levantamento das possibilidades imediatas de irrigação, da região semi-árida, tendo em vista a execução de projetos de grande alcance ainda durante meu governo. Estou certo de que, com determinação e recursos adequados, será possível resolver os dois principais aspectos do problema da irrigação, o do alto custo das obras e o da desapropriação das novas áreas cultiváveis. Ao mesmo tempo que se faria o aproveitamento das bacias irrigáveis, será pôsto em execução o programa de utilização racional dos vales úmidos, de acôrdo com as diretrizes econômico-sociais do plano de desenvolvimento.

No tocante à industrialização, o governo dará tratamento prioritário a um programa de indústria de base, visando à implantação da siderurgia no Nordeste. Conforme os projetos em elaboração, serão instaladas duas unidades siderúrgicas de 40 000 toneladas nos dois principais centros de consumo da região, Recife e Salvador. Essas usinas irão manufaturar ferro esponja, produto considerado pela técnica siderúrgica moderna como o mais barato em custos, o que possibilitará produção econômica em escala compatível com as dimensões do mercado nordestino.

O programa do governo impulsionará, ao mesmo tempo, as indústrias baseadas na utilização de matérias-primas locais, que são de interesse tanto para o mercado interno quanto para as exportações.

Cuidaremos de dar solução imediata ao problema da energia elétrica no

Ceará, tanto na zona do Cariri median- te a extensão das linhas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, quanto, na costa marítima daquele estado, onde será instalada uma usina térmica. O programa terá andamento ainda, mediante o desenvolvimento da indústria de fosfatos em Pernambuco e de adubos potássicos no Rio Grande do Norte; industrialização de minérios como o rutilo, a magnesita, gipsita e o cobre no Ceará; instalação da indústria de montagem de veículos em Pernambuco, a qual normalmente acarreta o desenvolvimento de outras atividades manufatureiras conexas; industrialização do tungstênio do Rio Grande do Norte e Paraíba, onde esse minério existe em abundância.

Especial atenção se dará ao aproveitamento das reservas de calcário na indústria do cimento, com vista às possibilidades de exportação, uma vez que, como a experiência já demonstrou, o cimento nordestino pode ser vendido mais barato.

Mencionemos, ainda, outros empreendimentos industriais de maior importância que serão executados: reorganização da economia canavieira com o aproveitamento dos subprodutos da cana-de-açúcar para a produção de celulose; intensificação da industrialização da agave, tendo como finalidade a exportação de fios e o suprimento interno de celulose de alta qualidade; assistência técnico-financeira à indústria têxtil, objetivando a modernização dos seus equipamentos e a recuperação de sua capacidade produtiva; ampliação da rede de armazéns e silos e de matadouros e frigoríficos; assistência técnico-financeira à indústria do pescado, não só para suprimento de alimentação, como para fins de exportação. Posso anunciar, também, que a Petrobrás já aprovou em definitivo os planos para a instalação de uma fábrica de asfalto no Nordeste, a qual estará em funcionamento dentro de um ano.

Destarte, pela primeira vez na história dos esforços fragmentários, pôsto que sinceros e entusiásticos, em prol da valorização do Nordeste, chegamos a uma conclusão racional e orgânica, conseguimos diagnosticar os males que afligem a região e apontar os remédios adequados para enfrentar o problema do desenvolvimento nordestino e resolvê-lo definitivamente, assegurando a plena integração na economia brasileira de uma verdadeira nação sacrificada, estrangulada na estagnação do seu desajustamento econômico.

EXECUÇÃO IMEDIATA DAS MEDIDAS RECOMENDADAS

É meu propósito velar diretamente pela execução imediata das medidas re-

comendadas, Fiscalizarei pessoalmente, e com a necessária freqüência, o andamento dos estudos, dos trabalhos e das obras que serão iniciadas em regime de urgência e com prioridade total.

Senhores governadores, senhores congressistas, meus senhores:

Se, no entendimento recíproco da magnitude e da gravidade do movimento que ora iniciamos, unirmos nossas forças na mesma decisão inabalável de tudo fazer, custe o que custar, para arrancar o Nordeste das garras seculares do subdesenvolvimento, nada poderá deter-nos. Temos agora o caminho traçado e demarcado. É avançar com coragem e determinação. Está nas nossas mãos proporcionar ao Nordeste os mesmos índices de progresso e de bem-estar de que já desfruta a região Centro-Sul do país.

Com o vosso auxílio, estou seguro de que não estará longe o dia em que as populações nordestinas descansarão do seu martírio periódico, participando ativamente dos esforços em prol do progresso da nossa economia e fruindo os benefícios que dêle decorrem. Nesse dia, da sinistra "magrém", do trágico paroxismo estival das sêcas, só ficará a lenda da coragem, da paciência, do amor à terra que marcam a alma do povo nordestino, apegado ao seu torrão natal. Eu vos conclamo a auxiliar-me nesta hora em que a nação não pode mais adiar o pagamento de seu débito de honra para com o Nordeste. Plante-mos no solo calcinado das caatingas a bandeira da redenção econômica de uma grande terra e de sua gente, temperada pelo infortúnio e disposta a colaborar no engrandecimento nacional.

Agradeço a presença dos senhores governadores da região diretamente interessados na solução deste problema. Pertencendo a diversos partidos, seu comparecimento a este encontro revela que as aspirações autênticas dos estados e da nação brasileira são capazes de superar as divergências partidárias, normais e, mesmo, necessárias no regime democrático. Na hora em que, no mundo, as próprias nações se reúnem para procurar soluções comuns em benefício das respectivas áreas geográficas, seria lastimável que no Brasil o exclusivismo impedisse a união de todos para enfrentar um dos problemas mais relevantes do país inteiro.

Não preciso repetir que o Nordeste não me deverá coisa alguma. Nada mais estou fazendo senão cumprir o meu dever de presidente da República, eleito pelos votos dos brasileiros e incumbido de defender o Brasil em todos os quadrantes. A colaboração dos governadores comigo nesta empresa tem o único objetivo de levarmos adiante obra duplamente necessária e, até mes-

mo, sagrada, porque visa à recuperação de vidas humanas numerosas para um mínimo de conforto indispensável à dignidade da existência, além da correção de graves males provocados pelo desequilíbrio de prosperidade entre regiões de uma só pátria.

Nossa colaboração não se encerra aqui, senhores governadores. Ela continuará até o último dia do meu governo e certamente será prosseguida até o fim, pelas administrações futuras.

Como estamos tratando de um problema intimamente ligado ao destino do Brasil, não podemos deixar de obedecer a todas as inspirações da realidade. Esse plano, pois, continuará aberto a quaisquer sugestões e à colabora-

ção de todas as experiências e conhecimentos dos que estão familiarizados com a conjuntura nordestina. Não há um plano rígido, impermeável a novas idéias, insensível a crítica, mas principalmente um novo estado de espírito e a decisão de fazer o melhor com a urgência requerida. Para isso, desejo a colaboração permanente, o debate, a discussão; essa colaboração dos responsáveis eu a desejo viva e atuante. A luta pela recuperação do Nordeste é obra de todos e não só do meu governo. Tarefa dos brasileiros de boa vontade, sem distinção de opiniões políticas ou econômicas.

O Brasil é um só!"

Divisão de Geografia

Seminário sobre problemas de geografia do Brasil — Problema dos assuntos.

A Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia programou a organização de um seminário sobre os principais problemas geográficos do Brasil, destinado a debater os assuntos que formarão a parte geográfica final, da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, obra que está sendo editada pelo IBGE.

Conforme ficou estabelecido, será realizada uma série de conferências a cargo de especialistas diversos. Cada qual deles fará uma exposição verbal de uma hora, que será acompanhada de debates. Após cada conferência, serão elaborados pelos participantes dos trabalhos conclusões sobre os assuntos explanados, e traçadas normas ou diretrizes de futuras pesquisas sugeridas durante as exposições ou os debates.

Antes da realização do seminário, haverá uma consulta bibliográfica, cujas indicações serão fornecidas pelos conferencistas.

E o seguinte o programa do referido seminário: I — Brasil país tropical.

Problemas das regiões tropicais. A ocupação dessas áreas; II — Estrutura geológica e os recursos minerais do Brasil; III — Aspectos morfológicos e os diferentes problemas da ocupação do solo brasileiro; IV — Climas e seus efeitos nos solos e na cobertura vegetal do Brasil; V — Os rios e sua importância para a navegação e a energia hidrelétrica do país; VI — Os diferentes tipos de vegetação do Brasil e as possibilidades de exploração; VII — Fauna — animais selvagens e respectiva importância econômica; VIII — Diferentes tipos de solos e os problemas ligados ao seu aproveitamento; IX — Heterogeneidade da distribuição da população no Brasil; X — Problemas de imigração e colonização do Brasil; XI — Problema da economia brasileira; XII — Problemas da criação de gado e da sua industrialização; XIII — A pesca e seus problemas; XIV — O desenvolvimento dos transportes e sua importância na economia; XV — As indústrias da transformação e a dependência do mercado fornecedor da matéria-prima; XVI — Problemas do comércio interno e externo.

Editado na Alemanha um Moderno Compêndio de Geografia

Organizado pelo geógrafo CARL TROLL e editado por uma das mais importantes firmas especializadas da Alemanha, acaba de ser publicado um moderno compêndio geográfico, cuja elaboração contou com o concurso de mais de 150 cientistas alemães e de outros países.

O trabalho está dividido em três partes principais; além de um atlas geo-cartográfico contém a obra uma secção de fotografias de paisagens na-

turais e culturais e também uma série de 126 pequenas monografias corográficas. O compêndio contém ainda uma secção de tabelas e dois índices onde, em ordem alfabética, podem ser consultados mais de 80 mil nomes e termos.

O *Grosser Herder Atlas*, denominação do mencionado trabalho não está destinado unicamente aos geógrafos, porque se apresenta como uma obra de difusão de cultura científica de alto nível, tornando, assim, acessíveis os co-